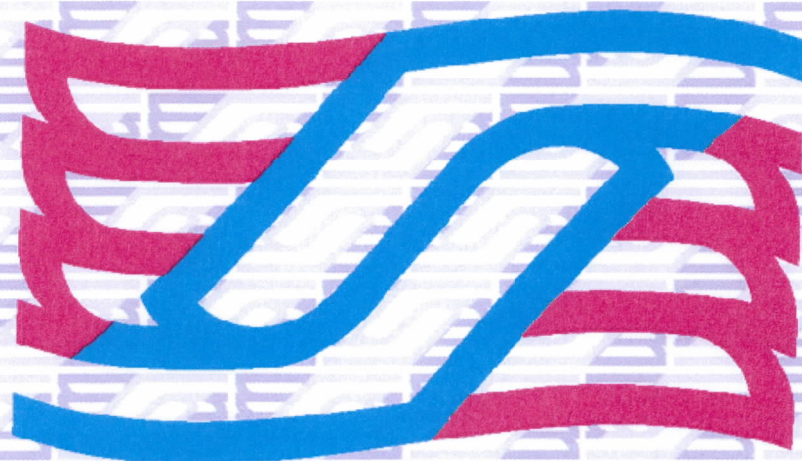




mutualidades portuguesas

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

**PROGRAMA AÇÃO E ORÇAMENTO
2012**

Programa de Ação e Orçamento para 2012

Estimados Associados,

Para cumprimento do disposto nos artigos 19º e 28º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à vossa apreciação e votação o seu Programa de Acção e Orçamento para 2012, documento este que, em conformidade com a alínea b) do artigo 33º dos mesmos Estatutos, vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

Introdução

A União das Mutualidades Portuguesas iniciou neste ano de 2012 um novo mandato para os seus órgãos associativos. É este o tempo de um novo Conselho de Administração decidir o rumo desta instituição, orientando-a para os seus fins principais: promover a defesa, inovação, desenvolvimento, cultura e práticas do movimento mutualista e assegurar a sua representação e dinamizar a sua organização interna.

Num momento de crise como aquele que vivemos e de falência de uma determinada perspetiva do setor privado lucrativo, que acontece a par com as dificuldades de sustentabilidade do setor público, cabe ao Setor da Economia Social e Solidária e ao Mutualismo em particular, saber contribuir com soluções para esta crise e, assim, aproveitar esta oportunidade para crescer e desenvolver-se, demonstrando as potencialidades de uma economia mais solidária.

Em respeito pelas orientações estratégicas que foram sufragadas no ato eleitoral de dezembro de 2011 e nas finalidades desta União o Conselho de Administração procurará corresponder a cinco objetivos fundamentais: a dinamização, fomento e divulgação do Movimento Mutualista; o Desenvolvimento das Mutualidades Portuguesas; a concretização

de uma UMP mais ativa e democrática; a aproximação da UMP às suas associadas e a Representação do movimento Mutualista.

Para a concretização destes objetivos, o Conselho de Administração propõe levar a cabo as seguintes medidas:

Dinamizar, fomentar e divulgar o Movimento Mutualista:

- Promover a criação de um grupo de trabalho no seio da Assembleia Geral para a apreciação da necessidade de alteração dos Estatutos da UMP e do Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral;
- Prosseguir nos estudos/trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sobre «Normas Regulamentares», «Oferta Mutualista em Portugal» - Carta Social Mutualista -, Renovação da «Imagem/Marca Mutualista» e «Projetos/Eventos»;
- Criar um Centro de Documentação, que seja embrião de um Centro de Estudos Mutualistas;
- Promover estratégias conducentes à dinamização da imagem de marca do Movimento Mutualista e assegurar, junto das diversas mutualidades, a disponibilização de elementos gráficos e de placas identificadoras;
- Promover a divulgação do Movimento Mutualista;
- Promover o Concurso de boas práticas Mutualistas, com atribuição do Prémio «Inovar para Melhorar»;
- Editar monografia evocativa do Prof. Dr. António Silva Leal, a publicar com o lançamento do Centro de Estudos Mutualistas;
- Sensibilizar o Ministério da Educação para a importância/necessidade de debater o tema do Mutualismo junto da população escolar;
- Promover ações de promoção do Mutualismo junto das escolas.
- Editar folheto institucional «Mutualismo e Mutualidades»;
- Celebrar o Dia do Mutualismo, incluindo a atribuição do Prémio Mutualismo e Solidariedade.

Promover o desenvolvimento das Mutualidades Portuguesas:

- Promover a agilização das relações entre as Associações Mutualistas e a Tutela (Direcção-Geral da Segurança Social), e facilitar os contactos entre os demais Ministérios e serviços oficiais que tutelem atividades desenvolvidas pelas Mutualidades (Saúde, Educação, Economia e Turismo, etc);
- Promover junto do Ministério da Saúde e do INFARMED as diligências necessárias com vista à rápida aplicação da Lei da Propriedade das Farmácias tendo em conta o acórdão do Tribunal Constitucional, às Mutualidades que ainda não têm Farmácia;
- Promover junto do Ministério das Finanças e do Banco de Portugal as diligências tendentes a apurar a recetividade para a abertura de novas caixas económicas;
- Promover o desenvolvimento de uma resposta coordenada das diferentes Mutualidades que operam na área da saúde, designadamente, no campo dos cuidados continuados e regimes convencionais, com vista ao reconhecimento do setor mutualista como parceiro de referência na complementaridade da oferta pública do serviço de saúde;
- Promover e apoiar a constituição de novas Associações Mutualistas;
- Promover a expansão das atividades das Associações Mutualistas a novas áreas, designadamente, na saúde, em novas e mais atraentes modalidades complementares de Segurança Social, na ação social, na atividade prestamista, na agricultura e promoção de atividades económicas diversificadas;
- Articular com as diferentes Mutualidades a criação de um “Cartão Mutualista”, que permita que os Associados de cada Mutualidade beneficiem de um conjunto de serviços mutualistas a nível nacional.

Uma UMP mais ativa e democrática:

- Intensificar a democracia representativa e dar oportunidades às Instituições que, por norma, estão mais longe dos cenários de debates

definidores de linhas e orientação estratégica. É nosso objetivo contribuir para que a União seja mais sentida e vivida por todos, e possa estar progressivamente mais presente na vida das Associações;

- Aumentar o número de Associadas da UMP, atraindo para o seio desta União todas as Mutualidades ainda não filiadas;
- Dinamizar a vida associativa, informando, acompanhando e apoiando as Associações Mutualistas de forma permanente;
- Promover diligências tendentes à obtenção de uma sede social que melhor sirva as necessidades da UMP e das Associações Mutualistas;
- Estudar e apresentar propostas para a criação de soluções que garantam a sustentabilidade financeira da UMP;
- Editar newsletter da UMP, em formato digital;
- Editar o Boletim MUT;
- Manter atualizado o website institucional da UMP;
- Reforçar, na evolução dinâmica e na notoriedade externa, a imagem de marca da União.

A UMP ao Serviço das suas Associadas:

- Promover diligências para a resolução das questões pendentes quanto ao acesso das mutualidades à atividade de viagens sociais;
- Promoção de reuniões com as Associações, com vista a melhor dar a conhecer as nossas orientações estratégicas e objetivos, a auscultar as suas ideias, opiniões, sugestões, expectativas e dificuldades;
- Criação de um grupo técnico permanente que desenvolva um método de trabalho capaz de interessar as associações mutualistas em questões tais como: estatutos vigentes em cada uma das associações, regulamento de benefícios, relações com a entidade de supervisão, balanços técnicos, resseguram mutualista, central de compras/investimentos, parcerias na área da informática,

da organização técnica e administrativa, observatório fiscal, exigências em futuras diretivas europeias;

- Apoiar e promover a criação do “Cartão Mutualista”;
- Garantir a prestação do apoio técnico regular e de proximidade às Associações Mutualistas;
- Promover a divulgação, execução e a participação ativa das suas Associadas em ações formativas relacionadas com a capacitação institucional e organizacional, preferencialmente por recurso a financiamento provindo de Fundos Comunitários ou por outras Entidades Parceiras, destinadas a dirigentes associativos, trabalhadores e colaboradores das Associações Mutualistas;
- Acompanhar e apoiar as Mutualidades da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL);
- Disponibilizar modelo/normas para apresentação do balanço técnico das diversas modalidades, com a colaboração de atuários;
- Promover a realização de ações formativas no quadro do e-learning (e-qu@lificação) – capacitar para inovar, adaptadas à realidade das mutualidades;
- Apoiar as mutualidades na operacionalização do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), promovendo a divulgação de informações e procedimentos a adotar de molde a facilitar a organização de candidaturas;
- Prosseguir o acompanhamento das questões relacionadas com os instrumentos reguladores das condições laborais dos trabalhadores afetos às Associações Mutualistas, com vista a eventual constituição de instrumento jurídico específico;

Representar as Mutualidades Portuguesas:

- Desenvolver as ações necessárias com vista à participação da UMP na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, perspetivando o seu reconhecimento como parceiro/ator privilegiado no seio da economia social e solidária;

- Participar nas representações internacionais, nacionais e regionais Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho para os quais a UMP haja sido indigitada/nomeada ou convidada;
- Manter permanentemente relações de prestígio e de trabalho com as entidades de supervisão, meios universitários identificados com a economia social, AIM – Association International de la Mutualité, UEPS – União Europeia das Farmácias Sociais, AMA – Associação das Mutualidades Americanas, com sede em Buenos Aires, Países do Magreb, Países de língua oficial portuguesa, OIT/Programa STEP e Comissão e Parlamento Europeu, com vista à troca de conhecimentos e experiências;
- Participar na divulgação, junto das Associações Mutualistas, dos resultados do Projeto Internacional «Trabalhar e Cuidar na Europa», financiado no âmbito dos «Programas Quadro» da União Europeia sobre políticas promotoras de igualdade de género no âmbito do trabalho e dos cuidados familiares em contextos públicos e privados;
- Promover uma plataforma com as três uniões (Mutualidades, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social) no sentido de fortalecer as posições conjuntas, articular as estratégias e melhor defender a Economia Social e Solidária em Portugal.

ORÇAMENTO (Conta de Exploração Previsional) para 2012

Para satisfazer as despesas correntes com o normal funcionamento da União das Mutualidades Portuguesas, assim como a concretização das ações constantes no Programa de Ação anteriormente exposto, o Conselho de Administração apresenta seguidamente a sua proposta de Orçamento para 2012.

Devido à entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, o mapa de Orçamento (Conta de exploração Previsional) para 2012 agora apresentado segue a configuração determinada pela Portaria 105/2011 de 14 de Março.

Com esta nova configuração, vai o Orçamento para 2012 acompanhado de Notas explicativas às verbas neles inscritos.

Lisboa, 01 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva
em representação de A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista

Vice-Presidente Norte - Jani Salomé Marques Silva
em representação de ASM Fúnebre Familiar para Ambos Sexos em Grijó e Freg.

Circunviz.

Vice-Presidente Centro - Carlos Manuel Casteleiro Alves
em representação de Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"

Vice-Presidente Lisboa e Regiões Autónomas - Fernando Jorge de Oliveira Paulino
em representação de Associação de Socorros Mútuos Setubalense

Vice-Presidente Sul - António Pereira Gonçalves
em representação de Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense

Vogal - Administrador Delegado - José Santos Almeida
em representação de A Familiar de Espinho - Associação Mutualista

Vogal - Secretário Geral - José Vicente Costa de Carvalho
em representação de Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas
Vilafranquenses

ORÇAMENTO PREVISIONAL DE EXPLORAÇÃO PARA 2012

Em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2012
Vendas e serviços prestados	1	18.206,20
Subsidios, doações e legados à exploração	2	274.641,90
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	3	-198.600,00
Gastos com pessoal	4	-74.817,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Outras imparidades (perdas/reversões)		
Aumentos/Reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	5	8.000,00
Outros gastos e perdas	6	-17.500,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.931,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-5.000,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.931,10
Juros e rendimentos similares obtidos	8	4.000,00
Juros e gastos similares suportados	8	-500,00
Resultado antes de impostos		8.431,10
Imposto sobre rendimento do período		
Resultado liquido do período		8.431,10

ORÇAMENTO 2012

NOTAS EXPLICATIVAS

1.

Refere-se ao montante previsto de quotas a receber de Associadas da UMP.
73 Associados x 249,40€ / Associada.

2.

Valor previsto de comparticipação do ISS e de Entidades Privadas, em função do valor orçamentado de encargos em 2012.

Do ISS: $70\% \times 290.917,00\text{€} = 203.641,90\text{€}$

De Entidades Privadas: 75.000,00€

3.

O exigente Programa de Ação a que nos propomos irá implicar um efetivo acréscimo dos encargos de estrutura no que diz respeito aos fornecimentos e serviços externos.

Deste modo, os valores previsionais para 2012 são os seguintes:

Trabalhos especializados	30.000,00 €
Publicidade e propaganda (MUT e outros)	30.000,00 €
Honorários	65.000,00 €
Conservação e reparação	1.500,00 €
Livros e documentação Técnica	500,00 €
Material de escritório	10.000,00 €
Artigos para oferta	2.000,00 €
Electricidade	1.500,00 €
Água	500,00 €
Outros Fluidos	500,00 €
Deslocações e estadas	40.000,00 €
Rendas e alugueres	10.000,00 €
Comunicação	5.000,00 €
Seguros	600,00 €
Limpeza, higiene e conforto	1.500,00 €

4.

Os encargos com o pessoal, seguem o quadro remuneratório seguinte, que tiveram como base os custos históricos em 2011 (cf Relatório e Contas 2011):

Remunerações Fixas: $4.200,00\text{€} \times 14 \text{ meses} = 58.800,00\text{€}$

Subsídios Refeição: $4,30\text{€/dia} \times 22 \text{ dias /mês} \times 11 \text{ meses} \times 3 \text{ funcionarias} = 3.121,80\text{€}$

Encargos Sociais: $58.800,00 \times 20,4\% = 11.995,20\text{€}$

Seguro Acidentes Trabalho (estimativa em função massa salarial) = 900,00€

5.

Montante previsível de comparticipações pagas por Associadas, seus quadros dirigentes e pessoal, em razão da frequência de ações de formação promovidas e organizadas pela UMP.

6.

Montante previsível com o pagamento de quotizações em 2012 à AIM e à UEFS.

No caso da AIM, o pagamento mínimo aprovado na sua AG em 17.Jun.2011 é de 6.020,00€ a que acrescerá um montante variável (0,00862€) calculado em função do número de Associados abrangidos pelas AM's filiadas na UMP. Estimando-se que esse número seja de 1,1 milhões de pessoas, a contribuição variável fixar-se-á em 9.482,00€

Prevê-se que a quotização para a UEFS, em 2012, mantenha o valor de 2011, isto é 1.750,00€.

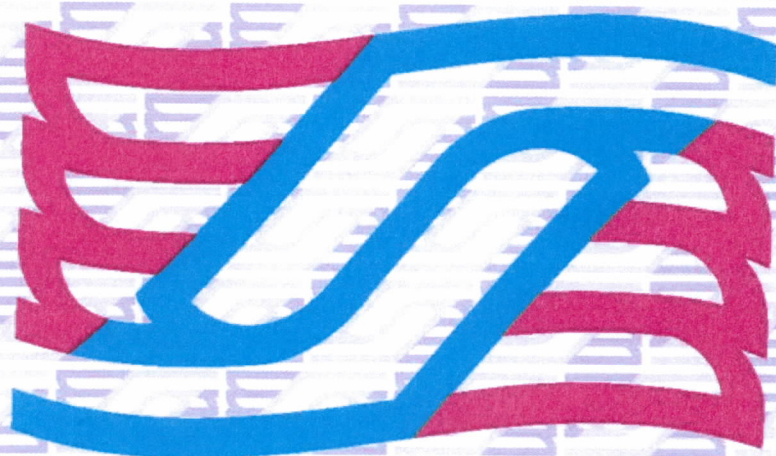
7.

Montante previsível com amortizações do ativos fixos tangíveis para 2012, estimado em função dos valores históricos deste tipo de encargos e da vida útil dos ativos tangíveis existentes na UMP.

8.

Os proveitos financeiros, referem-se à previsão de juros a receber dos depósitos a prazo já constituídos.

Os encargos financeiros, referem-se à previsão de custos e encargos com operações bancárias (req. Cheques, operações de transferência bancária, etc).



mutualidades portuguesas

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Programa de Ação e Orçamento para 2012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimados Associados,

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 33º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho Fiscal vem apresentar o seu Parecer sobre o de Programa de Ação e Orçamento para 2012, elaborado pelo Conselho de Administração.

O Programa de Ação respeita as orientações estratégicas sufragadas no ato eleitoral de Dezembro de 2011 e visa cumprir cinco objetivos fundamentais: a dinamização, fomento e divulgação do Movimento Mutualista, o desenvolvimento das Mutualidades Portuguesas, a concretização de uma UMP mais ativa e democrática, a aproximação da UMP às suas associadas e a representação do movimento Mutualista, objetivos com os quais o Conselho Fiscal concorda e subscreve.

Em relação à proposta de Orçamento para 2012, pese embora a difícil situação económica e financeira que o país atravessa, é nosso convencimento que o mesmo mostra-se equilibrado e ajustado aos objetivos elencados no Programa de Ação.

Em face do anteriormente exposto e tendo igualmente em consideração os esclarecimentos adicionais prestados pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal pronuncia-se favoravelmente quanto à proposta de Programa de Ação e Orçamento para 2012 agora apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 01 de Fevereiro de 2012

O CONSELHO FISCAL

Presidente – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro

Vogal – Licínia de Paula Monteiro Pereira Martins
em representação de A Previdência Familiar do Porto- Associação de Socorros Mútuos

Vogal – Manuel Gerardo Monteiro Dias
em representação da Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre do Concelho de
Valongo